



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

FICHA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

**Aluguer e instalação de contentores habitacionais na Rua de Lagiela,
em Vila Nova da Telha, e na Travessa de Anta, em Gemunde**

2025_CP04

Abril 2025



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt
**chamada para a rede fixa nacional*

REGISTO DE CONTROLO DE APROVAÇÕES/ALTERAÇÕES

Revisão n.º	Data	Alterações/Aditamentos	Elaboração ⁽¹⁾				Verificação ⁽²⁾		Aprovação ⁽³⁾	
			Data	Assinatura	Data	Assinatura	Data	Assinatura	Data	Assinatura

(1) Técnico da Entidade Executante que assegura as atividades técnicas de Segurança no Trabalho na empreitada a que se refere o Caderno de Encargos e Diretor Técnico da Empreitada

(2) Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável)

(3) Representante do Dono da Obra nomeado pela EM para a execução do contrato de empreitada.



Índice

1	ÂMBITO.....	1
2	EMPREITADA E INTERVENIENTES.....	1
2.1	DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA.....	1
2.2	PRAZO DE EXECUÇÃO PREVISTO.....	1
2.3	DONO DE OBRA.....	1
2.4	FISCALIZAÇÃO.....	2
2.5	ENTIDADE EXECUTANTE.....	2
2.6	DIRETOR TÉCNICO DA EMPREITADA.....	2
2.7	TÉCNICO(S) PERTENCENTE(S) À ENTIDADE EXECUTANTE QUE ASSEGURA(M) O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	3
2.8	COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA (QUANDO APLICÁVEL).....	3
3	CARACTERIZAÇÃO DA OBRA.....	3
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA OBRA E DOS CONDICIONALISMOS.....	3
3.2	TRABALHOS A REALIZAR.....	4
4	ANÁLISE DE RISCO E MEDIDAS PREVENTIVAS.....	4
5	PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIA.....	6
6	ESTALEIRO.....	7
7	FORMAÇÃO.....	7
8	CONTROLO DE TRABALHADORES E SUBEMPREENTEIROS.....	8
8.1	CONTROLO DE SUBEMPREENTEIROS E TRABALHADORES INDEPENDENTES.....	8
8.2	CONTROLO DE TRABALHADORES.....	8
9	CONTROLO DE EQUIPAMENTOS.....	8
10	SINISTRALIDADE LABORAL.....	9
10.1	ÍNDICES DE SINISTRALIDADE LABORAL.....	10
11	MONITORIZAÇÃO.....	10
12	ANEXOS.....	12

1 ÂMBITO

A presente Ficha de Procedimentos de Segurança (FPS) tem como objetivo definir a estrutura (matriz) para o documento base a elaborar pela Entidade Executante atendendo ao previsto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e nos termos previstos no Caderno de Encargos indicado no processo de concurso pelo Dono da Obra.

A FPS para a execução da obra deve ser proposta pela Entidade Executante no prazo previsto no Caderno de Encargos e aprovada pelo Dono da Obra, até à data de consignação da empreitada, após a análise da sua adequabilidade pelo Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro).

Estão ainda incluídos em apêndice ao presente documento, um conjunto de modelos referidos ao longo desta FPS e que se apresentam no anexo I. A Entidade Executante poderá utilizá-los como referência para o desenvolvimento dos seus próprios modelos, devendo ter no mínimo a informação nestes contida.

2 EMPREITADA E INTERVENIENTES

2.1 DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA

Aluguer e instalação de contentores habitacionais na Rua de Lagielas, em Vila Nova da Telha, e na Travessa de Anta, em Gemunde. Este procedimento inclui a montagem de divisórias/ vedações e telheiros.

2.2 PRAZO DE EXECUÇÃO PREVISTO

20 dias de calendário.

2.3 DONO DE OBRA

ESPAÇO MUNICIPAL – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A.

Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras 181, 4470-157 Maia

229 438 030, geral@espacomunicipal.pt

Técnico: <NOME DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA NA FASE DE PROJETO>

Tlf: <NÚMERO DE TELEFONE DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA NA FASE DE PROJETO>

email: <ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA NA FASE DE PROJETO>

2.4 FISCALIZAÇÃO

<EMPRESA CONTRATADA PARA ASSEGURAR A FISCALIZAÇÃO>

<NOME/ENDEREÇO DA DIREÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA PARA ASSEGURAR A FISCALIZAÇÃO>

Técnicos: <NOME DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA E RESPECTIVA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO>

Tif: <NÚMERO DE TELEFONE DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA E RESPECTIVA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO>

email: <ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA E RESPECTIVA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO>

2.5 ENTIDADE EXECUTANTE

<NOME DA EMPRESA OU CONSÓRCIO A QUEM FOI ADJUDICADA A EMPREITADA>

<NOME/ENDEREÇO DA EMPRESA OU CONSÓRCIO A QUEM FOI ADJUDICADA A EMPREITADA>

Tif: <NÚMERO DE TELEFONE DA EMPRESA OU CONSÓRCIO A QUEM FOI ADJUDICADA A EMPREITADA>

email: <ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DA EMPRESA OU CONSÓRCIO A QUEM FOI ADJUDICADA A EMPREITADA>

2.6 DIRETOR TÉCNICO DA EMPREITADA

<NOME DO TÉCNICO DESIGNADO PELA ENTIDADE EXECUTANTE E ACEITE PELA ESPAÇO MUNICIPAL PARA ASSEGURAR A DIREÇÃO TÉCNICA DA EMPREITADA>

<ENDEREÇO DO TÉCNICO DESIGNADO PELA ENTIDADE EXECUTANTE E ACEITE PELA ESPAÇO MUNICIPAL PARA ASSEGURAR A DIREÇÃO TÉCNICA DA EMPREITADA>

Tif: <NÚMERO DE TELEFONE DO TÉCNICO DESIGNADO PELA ENTIDADE EXECUTANTE E ACEITE PELA ESPAÇO MUNICIPAL PARA ASSEGURAR A DIREÇÃO TÉCNICA DA EMPREITADA>

email: <ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DO TÉCNICO DESIGNADO PELA ENTIDADE EXECUTANTE E ACEITE PELA ESPAÇO MUNICIPAL PARA ASSEGURAR A DIREÇÃO TÉCNICA DA EMPREITADA>

2.7 TÉCNICO(S) PERTENCENTE(S) À ENTIDADE EXECUTANTE QUE ASSEGURA(M) O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DA EMPREITADA

<NOME DO(S) TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(IS) PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA>

<ENDEREÇO DO(S) TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(IS) PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA>

Tlf: <NÚMERO DE TELEFONE DO(S) TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(IS) PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA >

email: <ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DO(S) TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(IS) PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

2.8 COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA (QUANDO APLICÁVEL)

<EMPRESA CONTRATADA PARA ASSEGURAR A COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA>

<NOME/ENDEREÇO DA DIREÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA PARA ASSEGURAR A COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA>

Técnicos: <NOME DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E RESPECTIVA EQUIPA DE APOIO (QUANDO APLICÁVEL)>

Tlf: <NÚMERO DE TELEFONE DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E RESPECTIVA EQUIPA DE APOIO (QUANDO APLICÁVEL)>

email: <ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DO TÉCNICO DESIGNADO COM FUNÇÕES DE COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E RESPECTIVA EQUIPA DE APOIO (QUANDO APLICÁVEL)>

3 CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA OBRA E DOS CONDICIONALISMOS

<INDICAR AS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO LOCAL DA OBRA E CONDICIONALISMOS DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS>

- <LOCALIZAÇÃO DA OBRA, A SUA PROXIMIDADE E INTERFERENCIA COM A INFRAESTRUTURA E COM AS SUAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO>;
- <EXISTÊNCIA DE REDES TÉCNICAS/SERVIÇOS AFETADOS (AÉREAS OU SUBTERRÂNEAS) QUE INTERFEREM COM A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS>;

- <CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICA E HIDROLÓGICA DO LOCAL DE IMPLEMENTAÇÃO DA OBRA>
- <ATIVIDADES QUE DECORRAM NO LOCAL DOS TRABALHOS QUE POSSAM TER IMPLICAÇÕES NA PREVENÇÃO DOS RISCOS PROFISSIONAIS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DOS MESMOS>

3.2 TRABALHOS A REALIZAR

<INSERIR OS TIPOS DE TRABALHOS PREVISTOS NO MQT DA OBRA>

4 ANÁLISE DE RISCO E MEDIDAS PREVENTIVAS

No presente capítulo procede-se à elaboração da análise dos riscos profissionais associados a cada atividade/condicionalismo.

Na matriz de análise dos riscos profissionais procede-se ainda à identificação dos riscos especiais de acordo com o previsto no artigo 7.º do Decreto-Lei 273/2003, de 29 de outubro.

Para os trabalhos em que foram identificados riscos especiais, de acordo com o referido anteriormente, e sempre que o Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável) ou o Dono da Obra venham a solicitar, serão elaborados Planos de Prevenção Específicos.

Os Planos de Prevenção Específicos a desenvolver cumprem com os seguintes conteúdos:

- Identificação da atividade – Informação sucinta constituindo o título do documento e indicação do local da atividade;
- Objetivo e âmbito – Informação relativa, ao objeto do documento e ao seu campo de aplicação, balizando o início e fim das atividades incluídas;
- Meios e Recursos – Descrição dos meios humanos e equipamentos envolvidos nas atividades;
- Condicionaismos – Descrição dos condicionalismos decorrentes das atividades sempre que estes sejam a origem ou componente do risco, nomeadamente, aqueles que possam resultar da infraestrutura rodoferroviária em exploração;
- Modo operativo – Descrição das operações/tarefas inerentes aos processos construtivos/métodos de trabalho e respetivo faseamento;
- Análise de riscos e medidas preventivas – Informação relativa à matriz de avaliação e hierarquização dos riscos elaborada para as atividades incluídas no âmbito do documento, indicando pormenorizadamente o planeamento das medidas preventivas para o seu controlo;
- Monitorização – Decorrente do planeamento das medidas preventivas para as atividades incluídas no âmbito do documento, deverão ser definidas os itens a verificar, a periodicidade, responsabilidades e estabelecer o processo de registo de forma a comprovar a execução das medidas previstas. Para este efeito poderá ser utilizado o modelo S04 previsto no anexo I;



- **Formação** – Informação relativa às ações de formação previstas no âmbito do documento e planeadas nos termos definidos no capítulo 6 da presente FPS;
- **Anexos** – Deverão ser incluídos todos os elementos complementares do Plano de Prevenção Específico, como:
 - Instruções de trabalho;
 - Planos e registos de monitorização;
 - Planos de sinalização temporária;
 - Planos específicos de implementação de medidas de segurança;
 - Documentos de programação de medidas de segurança;
 - Outros documentos e/ou registos relativos a requisitos regulamentares.

Os Planos de Prevenção Específicos são arquivados no anexo II.

Atividade ou Condicionismo	Riscos	Risco especial, de acordo com art.º 7.º do DL 273/03		Medidas Preventivas
		Sím	Não	
<Nota: incluir na atividade todos os trabalhos previstos, bem como os materiais, produtos, substâncias e equipamentos>	–			<Nota: as medidas preventivas definidas para cada atividade/condicionismo deverão estar associadas a cada risco identificado. Para as atividades com riscos especiais as medidas preventivas devem fazer a remissão para os Planos de Prevenção Específicos a desenvolver>
–	–			–
–	–			–
–	–			–

5 PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIA

No presente capítulo procede-se a definição do sistema de emergência adequado às características dos trabalhos em causa, identificando as situações de emergência, procedimentos de atuação, níveis de responsabilidade e lista de contactos.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	RESPONSÁVEL
<IDENTIFICAR TODAS AS SITUAÇÕES POSSÍVEIS QUE POSSAM ORIGINAR UM CENÁRIO DE EMERGÊNCIA DECORRENTE DOS TIPO DE TRABALHOS A EXECUTAR, DO LOCAL E SEUS CONDICIONALISMOS, DOS PRODUTOS E SUBSTÂNCIAS A MANUSEAR, DOS EQUIPAMENTOS A UTILIZAR >	<DEFINIR PARA CADA CENÁRIO DE EMERGÊNCIA O PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO E RESPECTIVO FLUXO DE COMUNICAÇÃO>	<DEFINIR PARA CADA PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO OS RESPONSÁVEIS PELA SUA IMPLEMENTAÇÃO>

A lista de contactos do sistema de emergência encontra-se no anexo III.

6 ESTALEIRO

Quando prevista a montagem de estaleiro de apoio e/ou de frente de obra nos termos do previsto no caderno de encargos deve ser elaborado projeto de estaleiro, considerando os seguintes elementos:

- <MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJETO DE ESTALEIRO>;
- <PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ESTALEIRO>;
- <PLANTAS COM ACESSOS, CAMINHOS DE CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO ESTALEIRO>;
- <PROJETO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA NA VIA PÚBLICA (QUANDO APLICÁVEL)>;
- <OUTROS ELEMENTOS, COMO CÁLCULOS, DIMENSIONAMENTO, PEÇAS DESENHADAS, RELATIVOS A EQUIPAMENTOS DE APOIO FIXOS, INFRAESTRUTURAS PROVISÓRIAS OU A PROCESSOS CONSTRUTIVOS E MÉTODOS DE TRABALHO A UTILIZAR QUE O DETERMINAREM>.

O projeto de estaleiro será arquivado no anexo IV.

7 FORMAÇÃO

De acordo com as necessidades de formação em segurança e saúde no trabalho identificadas, a partir da análise de riscos elaborada no capítulo 3 e dos requisitos previstos no Caderno de Encargos, estabelece-se o seguinte planeamento de formação e informação para a obra.

Ação de Formação	Conteúdos Programáticos	Grupo Alvo	Calendarização
<DEFINIR O TIPO E NOME DA AÇÃO DE FORMAÇÃO A MINISTRAR>	<DEFINIR OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS A MINISTRAR NA AÇÃO DE FORMAÇÃO E A RESPECTIVA DURAÇÃO>	<IDENTIFICAR OS GRUPOS A QUE SE DESTINA AS AÇÕES DE FORMAÇÃO>	<IDENTIFICAR AS DATAS/ PERIODICIDADE PARA AS AÇÕES DE FORMAÇÃO>

Os registos das ações de formação são arquivados no anexo V.

8 CONTROLO DE TRABALHADORES E SUBEMPREENTEIROS

Dando cumprimento ao previsto no artigo 21º do Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, procede-se ao controlo dos subempreiteiros, trabalhadores independentes e dos trabalhadores em obra, de acordo com o seguinte.

8.1 CONTROLO DE SUBEMPREENTEIROS E TRABALHADORES INDEPENDENTES

Em relação a cada Subempreiteiro e Trabalhador Independente contratado que atue no estaleiro durante um prazo superior a 24 horas, organiza-se um registo com a informação prevista no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. Para este efeito poderá ser utilizado o modelo S05 previsto no Anexo I.

8.2 CONTROLO DE TRABALHADORES

Em relação a todos os trabalhadores que atuem no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas, organiza-se um registo com a informação prevista no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. Para este efeito poderá ser utilizado o modelo S06 previsto no Anexo I.

9 CONTROLO DE EQUIPAMENTOS

De forma a assegurar que todos os equipamentos de apoio existentes no estaleiro e acessórios não ligados ao equipamento estejam em bom estado de funcionamento, estabelece-se um sistema de controlo desses mesmos equipamentos em estaleiro, através de:

- Preenchimento de um registo de controlo de equipamentos presentes no estaleiro. Para este efeito poderá ser utilizado o modelo S08 previsto no Anexo I.
- Realização de inspeções de segurança periódicas aos equipamentos.

Ao ser rececionado no estaleiro, cada equipamento deverá vir acompanhado de:

- Declaração de conformidade CE (em língua portuguesa);
- Manual de Instruções do equipamento, redigido em português;
- Plano de manutenção do equipamento;
- Cópia do registo da última manutenção, especificando as operações de manutenção realizadas;
- Cópia do último relatório (periódico/extraordinário/instalação) de verificações de segurança efetuadas ao equipamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro;
- Manual de operador (quando aplicável);

- Outros documentos relevantes (ex. marca e certificados de conformidade de cabos e correntes das gruas, etc.).

Para efeitos de observância da Marcação CE e a respetiva Declaração CE de Conformidade é exigível para os equipamentos e para acessórios não ligados ao equipamento, cumprindo com o previsto no Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho.

Relativamente às máquinas e equipamentos usados, no que se refere à sua comercialização e utilização, não obstante de estarem sujeitos às prescrições mínimas de segurança e saúde relativas à utilização de equipamentos de trabalho pelos trabalhadores, constantes no Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, deve observar-se o previsto no Decreto-Lei n.º 214/95, de 18 de agosto, e na Portaria n.º 172/2000, de 23 de março.

Importa ainda ter em consideração que o Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de Novembro (Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior) obriga também à existência de uma declaração CE de conformidade que contém outras indicações complementares à declaração atrás referida e bem assim a indicação do nível de potência sonora garantido (L_{WA}). Tal aplica-se a diversos equipamentos da construção, incluindo gruas-torre, equipamentos de terraplenagens, martelos demolidores e perfuradores, compressores, etc.

Os registos e documentação com esta informação encontram-se arquivados e atualizados no anexo VII.

10 SINISTRALIDADE LABORAL

No presente capítulo procede-se a definição do procedimento para a comunicação de todos os acidentes de trabalho ocorridos no estaleiro envolvendo qualquer trabalhador em estaleiro (incluindo os da sucessiva cadeia de subcontratação, trabalhadores independentes e fornecedores) à Companhia de Seguros, ao Dono da Obra, Direção de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável), imediatamente após a sua ocorrência.

No caso dos acidentes de trabalho de que resulte morte ou lesão grave do trabalhador, ou que assumam particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho, além da comunicação referida no parágrafo anterior, deverá também ser realizada comunicação até um prazo máximo de 24 horas após o acidente, à Autoridade para as Condições de Trabalho, devendo ser utilizado para o efeito o modelo próprio publicado por esta Entidade no seu website.

Independente das comunicações estabelecidas será elaborado o registo de cada acidente ocorrido no estaleiro em formulário próprio, podendo para este efeito poder ser utilizado o modelo S09 previsto no anexo I.

Sempre que seja solicitado pelo Dono da Obra, Direção de Fiscalização ou Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável), será elaborado, relatório de investigação do acidente de trabalho,

contendo no mínimo as causas do acidente, as medidas corretivas e preventivas implementadas e anexar todos os registos e evidências.

Os registos de acidentes de trabalho serão arquivados no anexo VIII.

10.1 ÍNDICES DE SINISTRALIDADE LABORAL

Serão elaborados e atualizados os índices de sinistralidade laboral referentes à empreitada de acordo com as seguintes formulas de cálculo:

- O Índice de Incidência (II) é o número de acidentes ocorridos no período em referência por cada mil trabalhadores expostos ao risco no mesmo período. É calculado pela seguinte expressão:

$$II = \frac{N.º \text{ Acidentes}}{N.º \text{ Trabalhadores}} \times 1000$$

- O Índice de Frequência (IF) é o número de acidentes ocorridos no período em referência em cada milhão de pessoas-horas trabalhadas no mesmo período, traduzindo a probabilidade de ocorrência de acidentes. É calculado pela seguinte expressão:

$$IF = \frac{N.º \text{ Acidentes}}{N.º \text{ Pessoas.Horas trabalhadas}} \times 1000000$$

- O Índice de Gravidade (IG) é o número de dias de trabalho perdidos pelo conjunto de trabalhadores acidentados no período em referência em cada mil pessoas-hora trabalhadas nesse mesmo período, traduzindo as consequências dos acidentes. É calculado pela seguinte expressão, considerando-se que cada acidente mortal equivale a uma perda de 7500 dias de trabalho:

$$IG = \frac{[n.º \text{ Dias perdidos} + (N.º \text{ Acidentes mortais} \times 7500)]}{N.º \text{ Pessoas.Horas trabalhadas}} \times 1000000$$

Para este efeito será elaborado o modelo S10 previsto no anexo I e enviado em formato editável junto dos registos das atividades de técnicas de segurança e saúde no trabalho, conforme definido no capítulo II da presente FPS.

11 MONITORIZAÇÃO

De forma a planear e implementar ações de monitorização e acompanhamento para avaliação das condições de segurança e saúde na empreitada, desenvolvem-se as seguintes ações:

- Inspeções periódicas de segurança e saúde no trabalho;
- Registos das atividades técnicas desenvolvidas.

Inspeções de segurança e saúde

As inspeções de segurança têm por finalidade identificar e corrigir situações de desvio respeitantes a equipamentos, instalações, práticas ou modos operatórios.

Serão efetuados nestas inspeções registos de monitorização previstos no capítulo 3 da presente FPS, de acordo com a periodicidade que venha a ser definida pelo Dono da Obra, Direção de Fiscalização ou Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável).

Registos das atividades técnicas

Será elaborada compilação com os registos das atividades técnicas de segurança desenvolvidas na empreitada a qual deverá ser entregue ao Dono da Obra, Direção de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra (quando aplicável), na periodicidade que venha a ser definida por estes.

Os registos a compilar incluem no mínimo os seguintes documentos:

- Registos das ações de formação ministradas;
- Registos de controlo de Subempreiteiros e Trabalhadores;
- Registos de controlo de equipamentos;
- Registos de inspeções de segurança e saúde no trabalho realizadas;
- Registos de acidentes de trabalho;
- Quadro dos índices de sinistralidade (modelo S10) em formato editável.

12 ANEXOS

- I. Lista de Modelos
- II. Planos de Prevenção Específicos
- III. Lista de Contactos de Emergência
- IV. Projeto de Estaleiro
- V. Registos das Ações de Formação
- VI. Registos de Controlo de Subempreiteiros e Trabalhadores
- VII. Registos de Controlo de Equipamentos
- VIII. Registos de Acidentes de Trabalho



ANEXO I

Lista de Modelos

MODELO	DESCRIÇÃO
MOD_S04	Plano e registo de monitorização e prevenção
MOD_S05	Registo de controlo de subempreiteiros e trabalhadores independentes (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003)
MOD_S06	Registo de controlo de trabalhadores (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003)
MOD_S08	Controlo de equipamentos de trabalho
MOD_S09	Registo de acidente de trabalho
MOD_S10	Registo mensal dos Índices de Sinistralidade Laboral



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

Subunidade de Gestão de Obras de Reabilitação (GOR)

ALUGUER DE CONTENTORES: LAGIELAS E ANTA

Ficha de Procedimentos de Segurança

ANEXO II

Planos de Prevenção Específicos



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt

**chamada para a rede fixa nacional*

ANEXO III**Lista de Contactos de Emergência**

ENTIDADE	CONTACTO
Serviço de Emergência	112
Diretor Técnico da Empreitada	
Responsável de Segurança e Saúde pelo desenvolvimento das atividades técnicas de segurança no trabalho	
Fiscalização	
Dono da Obra	
(...)	(...)
(...)	(...)



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

Subunidade de Gestão de Obras de Reabilitação (GOR)

ALUGUER DE CONTENTORES: LAGIELAS E ANTA

Ficha de Procedimentos de Segurança

ANEXO IV

Projeto de Estaleiro



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt

**chamada para a rede fixa nacional*



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

Subunidade de Gestão de Obras de Reabilitação (GOR)

ALUGUER DE CONTENTORES: LAGIELAS E ANTA

Ficha de Procedimentos de Segurança

ANEXO V

Registos das Ações de Formação



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt
**chamada para a rede fixa nacional*



ANEXO VI

Registos de Controlo de Subempreiteiros e Trabalhadores

<DEVERÃO SER DESENVOLVIDOS OS REGISTOS PREVISTOS NOS CAPITULOS 8.1 E 8.2 E MANTIDA A INFORMAÇÃO ATUALIZADA DOS MESMOS NO PRESENTE ANEXO>



ANEXO VII

Registos de Controlo de Equipamentos

<DEVERÁ SER DESENVOLVIDO O REGISTO DE CONTROLO DE EQUIPAMENTOS E MANTIDA A INFORMAÇÃO E A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA NO PRESENTE ANEXO>



ANEXO VIII

Registos de Acidentes de Trabalho